



# ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación  
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y  
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

*Wilson Fusco, Fundação Joaquim Nabuco, [wilson.fusco@gmail.com](mailto:wilson.fusco@gmail.com)*

*Járvis Campos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [jarviscps@gmail.com](mailto:jarviscps@gmail.com)*

*Ricardo Ojima, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [ricardo.ojima@gmail.com](mailto:ricardo.ojima@gmail.com)*

*Silvana Nunes de Queiroz, Universidade Regional do Cariri, [silvanaqueirozce@yahoo.com.br](mailto:silvanaqueirozce@yahoo.com.br)*

Cenário da mobilidade espacial de docentes do ensino médio  
na Região Nordeste do Brasil

## **Cenário da mobilidade espacial de docentes do ensino médio na Região Nordeste do Brasil**

### **Resumo**

O objetivo deste estudo é analisar os deslocamentos espaciais dos docentes do ensino médio no Nordeste, no período entre 2013 e 2017. A partir dos microdados dos Censos Escolares do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, os quais permitem o acompanhamento longitudinal dos docentes que permaneceram no sistema educativo no período analisado, foi possível construir o cenário da mobilidade pendular para trabalho e da migração da referida população. Adicionalmente, os resultados evidenciaram a intensa heterogeneidade espacial e temporal na configuração dos deslocamentos, a relação de deslocamentos com mudanças nos contratos de trabalho, e, finalmente, a complementaridade entre migração e mobilidade pendular.

Palavras-chave: migração, mobilidade pendular, docentes do ensino médio, Região Nordeste.

### **Introdução**

O deslocamento espacial relacionado a trabalho, seja migração ou mobilidade pendular, é um tema de amplo interesse e com grande número de estudos publicados (DELGADO et al., 2016). Mas, normalmente, são associados à dinâmica mais geral do mercado de trabalho ou imobiliário, enquanto questões relacionadas a uma ocupação profissional específica são menos investigadas. No caso brasileiro não se conhecem trabalhos publicados que explorem questões envolvendo migração e movimento pendular dos docentes da educação básica, segmento profissional de grande importância estratégica para qualquer país. Com vistas a contribuir para a redução dessa lacuna, o objetivo deste trabalho é apresentar o perfil do docente do ensino médio no Nordeste brasileiro e o seu comportamento em termo de deslocamentos espaciais, ou seja, movimento pendular para trabalho e migração.

Como contextualização, cabe informar que, de acordo com os microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, 14% dos professores do ensino médio no Nordeste se deslocavam para trabalhar em município diferente daquele de residência, com uma média superior a do agregado dos trabalhadores que realizavam a mobilidade pendular, que era de 10%. Em relação à migração, somente 1,7% dos docentes do ensino médio havia mudado de

município de residência no período de um ano anterior ao censo de 2010 (a medida de menos de um ano de residência foi usada para efeito de comparação como os dados do INEP), quase o mesmo valor (1,8%) para a média de todas as pessoas ocupadas na região. Os resultados dos Censos Escolares divulgados pelo INEP, por sua vez, apontam a mobilidade pendular para trabalho de aproximadamente 23% dos docentes, enquanto 3,5%, em média, haviam mudado de município de residência entre anos consecutivos (ou seja, tinham menos de um ano de residência no município atual). Os valores maiores encontrados nos dados do INEP em relação aos do IBGE merecem mais discussão, o que será feito oportunamente.

A mobilidade pendular para trabalho causaria efeitos negativos ao docente, em alguns casos, pelo acréscimo de tempo relacionado à distância percorrida até o trabalho e a volta para casa, efeitos que foram explorados por um estudo sobre mobilidade pendular de professores no Japão (Nomoto, Hara, Kikuchi, 2015). Por outro lado, estaria relacionada à opção por moradia em melhor localização, em melhores condições de infraestrutura, ou pela possibilidade orçamentária do indivíduo, dentre outros fatores condicionantes (BRITO; SOUZA, 2005). A escolha pela migração, além dos elementos referidos em função da habitação, pode estar relacionada a oportunidades de trabalho, elemento comum em estudos anteriores (MARTINE; PELIANO, 1987; QUEIROZ, BAENINGER, 2015). Cabe considerar, também, a complementaridade entre os dois tipos de deslocamento espacial, já bastante discutida na literatura sobre o tema (COLLA, 2018).

## **Métodos e dados**

Os dados usados neste estudo são provenientes dos Censos Escolares dos anos de 2013 a 2017, divulgados pelo INEP. A possibilidade de utilização dessas informações para estudar deslocamentos espaciais configura-se como uma alternativa importante aos dados censitários, ainda que elas possam ser utilizadas somente para docentes e alunos, e não contemplem outras características dos indivíduos. As variáveis utilizadas informam sexo, idade, município (e UF) de residência, município (e UF) do estabelecimento de ensino, código de identificação do docente, tipo de contratação (concursado, temporário, terceirizado, CLT), dependência (pública, particular), disciplina ensinada, turma, e etapa de ensino. Foram usados somente os microdados referentes aos docentes que ensinavam no nível médio na Região Nordeste. A partir da junção dos bancos dos anos referidos, foram construídas variáveis longitudinais de retenção (quando o docente continua no sistema educativo entre dois anos consecutivos), migração (quando o docente que continua no sistema de ensino muda de município de

residência entre dois anos consecutivos), e movimento pendular (relacionando o município de residência com o município do estabelecimento de ensino).

Uma vez criada a variável de retenção do docente no sistema de ensino, de migração, e de deslocamento entre os municípios para trabalho, foi possível avaliar: i) se houve mudança de município de residência entre anos consecutivos; ii) se o município de residência atual é o mesmo do estabelecimento de ensino onde o docente atua; iii) se houve alteração na forma de contratação do docente entre anos consecutivos; e iv) se no deslocamento diário para trabalho há um padrão espacial nos fluxos migratórios entre os municípios.

## **Resultados e Discussão**

Os docentes têm predominantemente somente um tipo de contratação (em torno de 95%) e a maioria deles é concursada no sistema público (em torno de 51% nos anos em análise), seguido do contrato temporário/substituto (em torno de 29%) e do docente em escola particular (15%). Aproximadamente 5% dos docentes têm alguma combinação de contratos, como concursado e temporário, concursado e escola particular, ou temporário e escola particular. Além dessas modalidades, existe o terceirizado e aquele com contrato CLT, ambos em estabelecimento público, mas não chegam a 1%. Os docentes se concentram na faixa de 30 a 44 anos, com média subindo de 39 para 41 anos de idade entre os anos analisados, e as mulheres correspondem a 55% e sempre com estrutura etária levemente mais envelhecida do que os homens.

Segundo a Tabela 1, o total de docentes do ensino médio no Nordeste variou entre pouco mais de 124 mil em 2013 até 130 mil em 2015, com redução em 2017, quando chegou a 126,5 mil. Em todos o período de 2013 a 2017 a proporção de docentes que realizava deslocamento pendular para trabalhar em outro município era superior a 20%, com média em 23%. Em seguida estão as proporções de docentes que permanecem no sistema educativo entre anos consecutivos, e a média do que chamamos de retenção é de 78% no período. Por fim, dentre os que figuram como retidos no sistema, aqueles que realizaram migração intermunicipal entre anos consecutivos correspondem a 3,5%, em média, nos anos em análise. Não foram encontrados diferenciais quanto ao sexo do docente, mas a idade indica que é um fator de seletividade, com menor média de idade para os migrantes quando comparados ao agregado dos docentes. É importante destacar que, embora as medidas tenham certa regularidade ao longo dos anos, elas não são homogêneas entre as UF.

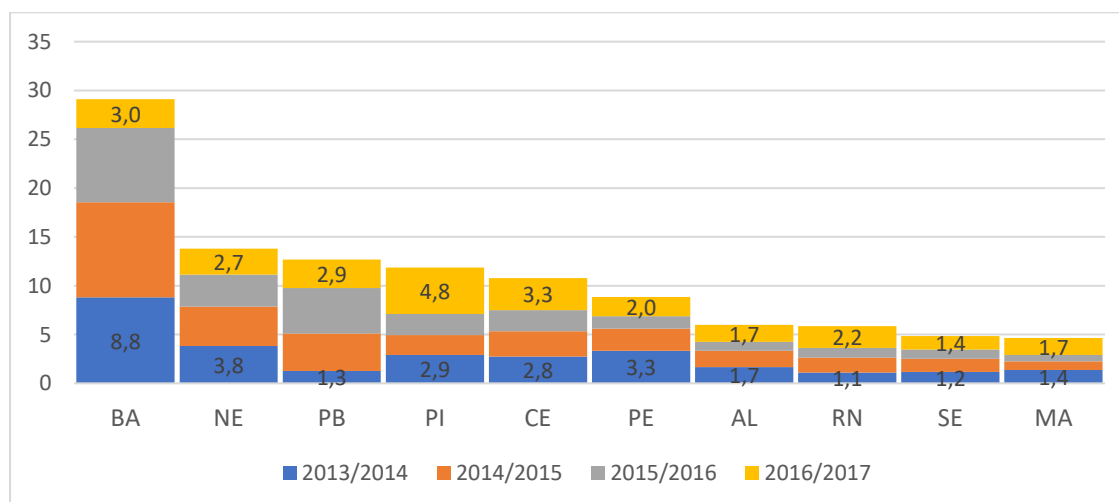
Tabela 1 – Nordeste. Docentes do ensino médio, porcentagem dos que realizam movimento pendular para trabalho, dos que permanecem no sistema de ensino entre anos consecutivos e mudaram de município de residência dentre os que permaneceram. 2013 a 2017.

Ano	Total de docentes	Movimento pendular	Retenção	Migrantes
2013	124.372	21,2	--	--
2014	127.718	24,0	78,7	3,8
2015	130.052	22,6	79,4	4,1
2016	127.709	23,2	74,3	3,3
2017	126.487	23,6	79,0	2,7

Fonte: Microdados do Censo Escolar do INEP (2013 e 2017). Tabulação própria.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição percentual cumulativa dos docentes que mudaram de município de residência entre anos consecutivos, segundo a UF de residência do município de destino. Este aspecto mostra grandes diferenças entre as UF, com destaque para a Bahia, lugar com a maior proporção de migrantes ao longo do período. Além disso, na Bahia foi onde a maior proporção de migrantes foi para um município diferente de onde se localizava o estabelecimento de ensino, provocando a necessidade de movimento pendular para o docente. Por outro lado, o estado do Maranhão apresentou a menor incidência de migração intermunicipal no período entre 2013 a 2017.

Gráfico 1 – Nordeste. Distribuição percentual, cumulativa de docentes que realizaram migração intermunicipal em anos consecutivos, segundo a UF da residência de destino. 2013 a 2017.



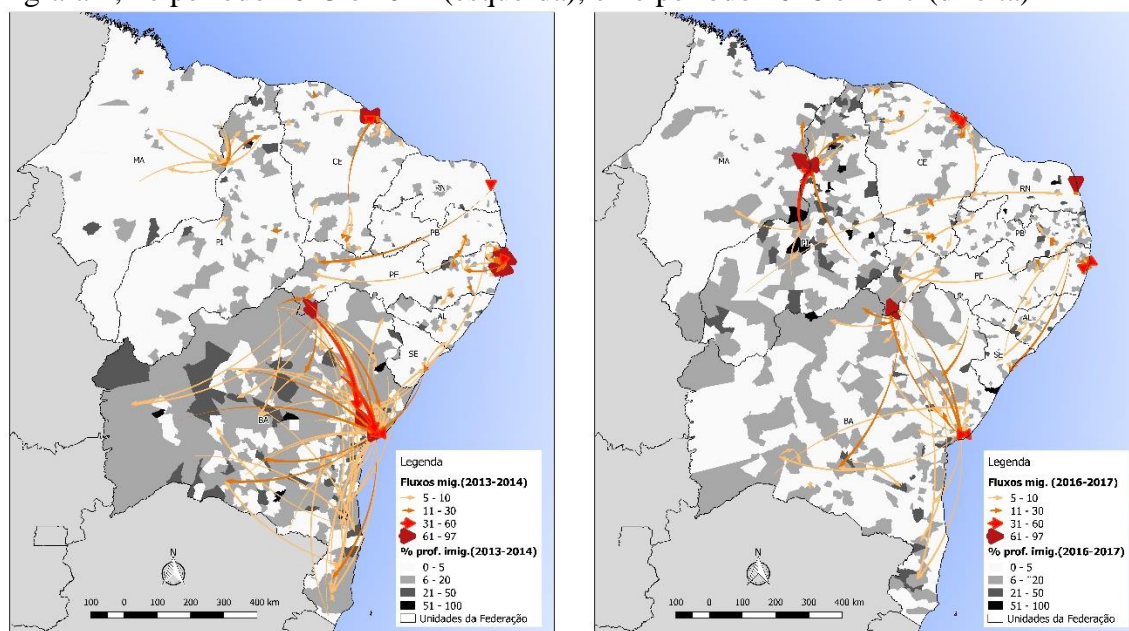
Fonte: Microdados do Censo Escolar do INEP (2013 e 2017). Elaboração própria.

Quando cruzada com a variável que mostra o tipo de contrato que o docente migrante tinha no período, aproximadamente 90% não mudaram de contrato. Dentre os que mudaram (foram consideradas seis possíveis combinações entre contratos), aqueles que passaram de escola particular ou contrato temporário para concursado eram predominantes em todos os anos analisados (entre 50% e 67%). Para os migrantes que mudaram para um destino diferente em

relação ao município do estabelecimento de ensino onde lecionavam, verificou-se importante proporção de mudança associada à perda do contrato de concursado, evidenciando uma situação de precarização da relação de trabalho, o que poderia ser explicada, dentre outras causas, pelo acompanhamento de outro familiar que migrou por necessidade.

A Figura 1 mostra que em 2014 e em 2017 quase metade dos municípios nordestinos possuía ao menos um professor migrante recém chegado ao município (respectivamente 44,7% e 46,4%).

Figura 1 – Nordeste. Fluxos migratórios intermunicipais e proporção de professores que migraram, no período 2013 e 2014 (esquerda), e no período 2016 e 2017 (direita)



Fonte: Microdados do Censo Escolar do INEP (2013 e 2017). Elaboração própria.

É interessante observar que a distribuição espacial desses professores migrantes varia muito, num período relativamente curto. Isto porque, em 2014, 23,4% dos municípios nordestinos apresentavam entre 5% e 20% de professores recém chegados aos municípios, sendo que destes (420 municípios), 56,4% (237) eram pertencentes ao estado da Bahia. Ademais, dentre os 61 municípios que apresentavam mais de 20% de professores imigrantes do período 2013-2014, 40 (ou 65,6%) eram municípios baianos. De fato, ao analisar os fluxos migratórios em paralelo às intensas trocas observadas entre os municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), entre a RMS e Juazeiro, Petrolina e Feira de Santana, observa-se fluxos migratórios importantes da RMS com o interior da Bahia e de Pernambuco.

Essa concentração de docentes migrantes na Bahia pode estar eventualmente relacionada à abertura de vagas e/ou concurso(s) público(s) da rede estadual de ensino, bem como de Institutos Federais, muito embora os resultados mostrem uma certa volatilidade

desses profissionais neste estado, em detrimento ao restante da região. Nos demais estados do Nordeste verifica-se que os principais fluxos migratórios ocorrem entre municípios das respectivas regiões metropolitanas.

Em 2017, a proporção de municípios que possuíam entre 5% e 20% de docentes imigrantes recentes (do período 2016-2017) foi de 21,4%, número parecido ao observado em 2014. Porém, enquanto em 2014 mais da metade desses municípios pertencia à Bahia, em 2017 esse quantitativo arrefece para 32,6% (125 municípios), mas permanece expressivo. Sobre os municípios com mais de 20% de professores imigrantes recém-chegados, o número aumentou de 61 (em 2014) para 86 (em 2017), sendo que entre 2014 e 2017 a proporção dos municípios baianos diminuiu de 66% para 15%. Por outro lado, nesse mesmo período, o Piauí aumentou sua participação de 13,1% para 45,3% dos municípios nordestinos com mais de 20% de docentes imigrantes recém-chegados. Estes resultados também podem estar relacionados à realização de concursos públicos estaduais, interiorização do ensino técnico e profissionalizante pelo país (BASÍLIO JUNIOR; FUSCO, 2019), visto o aumento repentino do percentual de professores imigrantes no Piauí.

Em que pese a mudança nos fluxos migratórios entre 2014 e 2017, o Gráfico 1 ajuda a mostrar como o estado da Bahia se destaca na proporção de docentes imigrantes, e faz-se necessário a realização de estudos futuros para investigar a relação desses resultados na qualidade do ensino básico ofertado. Coincidência ou não, a Bahia apresenta os piores resultados do IDEB dentre os estados da região Nordeste para esta década, especialmente em 2017 (portal do INEP).

Também foi investigada especificamente a proporção cumulativa de docentes que migraram para o município onde se localizava o estabelecimento de ensino. Esses docentes realizavam o movimento pendular para o trabalho antes da migração e cessaram esse deslocamento após o movimento migratório. Em média, 38% das migrações teve como destino o município do estabelecimento de ensino onde atuava o docente durante todo o período, mas as porcentagens variaram bastante, tanto entre os anos quanto entre as UF, apontando para a necessidade de aprofundamento na investigação dessa questão. Observou-se que no Maranhão houve a maior incidência desse tipo de migração, permitindo a boa parte desses docentes uma redução do deslocamento para o trabalho, ao contrário do que foi observado na Bahia, que apresentou o menor indicador nesse sentido.

Ademais, foram analisados os resultados a respeito da distribuição percentual cumulativa no período para os docentes que se deslocavam entre municípios para trabalhar. Esse indicador varia bastante entre as UF, mas apresenta maior regularidade quando observada

a mesma UF em anos diferentes. A incidência proporcional de movimentos pendulares está fortemente associada a questões de aglomerados urbanos, fronteiras, regiões metropolitanas, área do município etc. Assim, creditamos às particularidades da área metropolitana de Sergipe, espaço onde está localizada a grande maioria das escolas do estado, a maior proporção de docentes que realizavam esse movimento no agregado da região Nordeste. Observou-se que as capitais atraem o maior volume de docentes pendulares, com exceção da Bahia (Salvador), onde Juazeiro tem a primazia, possivelmente devido a sua aproximação geográfica com Petrolina, que fica no estado de Pernambuco (PEREIRA, 2012). Ao mesmo tempo, as capitais também “exportam” o maior volume desses docentes, em quantidade muito maior do que atraem. Todos os resultados aqui referidos (e que não foram exibidos) e o aprofundamento das questões serão apresentados oportunamente.

## **Bibliografia**

BASILIO JUNIOR, L. N.; FUSCO, W. A Expansão dos Ensinos Técnico e Superior no Seridó Potiguar e suas Influências na Mobilidade Pendular Entre 2000 e 2010. In: XI Encontro Nacional sobre Migrações, 2019, São Paulo. Anais do XI Encontro Nacional sobre Migrações, 2019.

BRITO, F.; SOUZA, J. de. Expansão Urbana nas grandes metrópoles, o significado da migração intrametropolitana e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. São Paulo em Perspectiva, v. 19, p. 77-83, 2005.

COLLA, C. Migração e pendularidade na Região Metropolitana de Curitiba entre 2000 e 2010: complementaridade ou substituição. – 2018. 272 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizontes-MG.

DELGADO, P. R. et al. Mobilidades nas regiões metropolitanas brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares. In: Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano / organizadores: Renato Balbim, Cleandro Krause, Clarisse Cunha Linke. – Brasília: Ipea: ITDP, 2016.

MARTINE, G.; PELIANO, J.C. Migrantes no mercado de trabalho metropolitano. Brasília: IPEA, 1987.

NOMOTO, M.; HARA, A.; KIKUCHI, K. (2015). Effects of longtime commuting and long-hour working on lifestyle and mental health among school teachers in Tokyo, Japan. *Journal of Human Ergology*, 44(1), 1–9.

PEREIRA, M. A. T. Fruticultura, emprego e Migração: o caso da região de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. 2012. 207 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

QUEIROZ, S. N. de; BAENINGER, R. Migração, Trabalho e Seletividade no Estado do Ceará. In: XXX Congresso Latinoamericano de Sociología-ALAS, 2015, San José-Costa Rica. Pueblos en movimiento: un nuevo diálogo en las ciencias sociales, 2015.



RIGOTTI, J. I.; CERQUEIRA, C. A. As bases de dados do INEP e os indicadores educacionais: conceitos e aplicações. In: Eduardo Luís Gonçalves Rios-Neto; Juliana de Lucena Ruas Riani. (Org.). *Introdução à demografia da educação*. Campinas: ABEP, 2004, v. 1, p. 73-88.